

COOPERATIVAS DE TRABALHADORES: OPÇÃO FRENTE À CRISE DO EMPREGO OU ASPECTO DA CRESCENTE PRECARIIDADE DO TRABALHO?

Hoyêdo Nunes Lins¹

Resumo O artigo discute a questão das cooperativas de trabalho, uma modalidade de organização do trabalho que ganhou rapidamente terreno no Brasil ao longo da década de 1990. O enfoque adotado procura situar o crescimento dessas cooperativas em face das mudanças contemporâneas em termos de tecnologia e de produção, que se refletiram em crescentes taxas de desemprego e no aprofundamento da precariedade do trabalho para grandes contingentes de trabalhadores afetados por vários tipos de iniciativas de flexibilização e desregulamentação. Coloca-se em destaque uma interessante controvérsia sobre o significado dessa forma de organização: de um lado, o entendimento de que se trata de opção efetiva em face das adversidades atuais; de outro, a visão segundo a qual, no modo como tem ocorrido em boa parte dos casos, o trabalho em cooperativas é exemplo da própria precariedade do trabalho. À luz desse debate, examinam-se onze experiências no segmento de confecções em Santa Catarina, captadas por meio de entrevistas. Duas dessas experiências, observadas na região de Florianópolis, são abordadas de modo mais detalhado.

Palavras-chave: cooperativas de trabalhadores, mudanças econômicas, produção vestuarista em Santa Catarina.

Abstract: The paper discusses the problem of the workers' co-operatives, a form of work organization which expanded very quickly in Brazil during the 90's. Its growth is seen in connection with the contemporary changes in technology and production that resulted in increasing rates of unemployment and in worse conditions of work to a large number of workers affected by different sorts of measures seeking for more flexibility and deregulation. The study underlines an interesting controversy about what these co-operatives mean to the workers: on the one side, there is the view according to which workers' co-operatives represent real alternative in face of the present adversities; on the other side, there is the position that holds that, in the

1 Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hnlins@cse.ufsc.br

way they function in many cases, such co-operatives tend to appear as examples of the very deterioration of the conditions of work. Inspired by this debate, and based on interviews, the analysis covers eleven experiences in the cloth production sector of Santa Catarina. Two of those experiences, in the Greater Florianópolis area, are considered in more detail.

Key words: workers' co-operatives, economic changes, cloth production in Santa Catarina.

Classificação JEL/JEL Classification: J54

INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho continuam a figurar no centro das discussões sobre o capitalismo contemporâneo. Essa constatação não deve causar surpresa, tendo em vista ser bastante pesado o ônus social vinculado ao agravamento do desemprego e à exacerbação do caráter precário das relações de trabalho, tendências marcantes nas últimas décadas. O Brasil não está à margem desse inquietante turbilhão, como levam a reconhecer as implicações dos processos em curso na estrutura produtiva do país. E tampouco se mostra refratário ao debate internacional sobre as modificações no trabalho, conforme dá a entender a existência de uma literatura não negligenciável sobre os problemas vinculados.

Essas questões – as alterações no trabalho e a discussão sobre elas – são as principais fontes de inspiração deste artigo. A pretensão, todavia, não é ambiciosa, pois visa-se focalizar só um aspecto das mudanças no trabalho no Brasil, com o associado debate: o relativo ao crescimento do trabalho cooperativo.

É importante indicar desde logo o modo como a expressão “trabalho cooperativo” é utilizada no texto. O sentido empregado refere-se ao trabalho realizado por pessoas organizadas em cooperativas. É o tipo de trabalho que corresponde à produção ou à prestação de serviços por coletivos de trabalhadores que, em vez de se mostrarem empregados, ostentam a condição de associados em empreendimentos criados por iniciativas deles próprios e dos quais são proprietários. Perius (1997) identifica diferentes cooperativas de trabalho, desde de as de produção às formadas por profissionais liberais que prestam serviços, passando pelas de mão-de-obra, que geralmente operam só para empresas contratantes. Harper (1988) parece preferir a designação “cooperativa de trabalhado-

res”, cuja função, conforme acentua o autor, é servir como fonte de trabalho. Schneider (1991) argumenta que, em sentido estrito, uma cooperativa de trabalho é uma cooperativa de produção, seja rural, industrial ou artesanal, e que no Brasil as cooperativas de trabalho têm se caracterizado principalmente pela prestação de serviços.

Com o perfil assinalado, o trabalho cooperativo cresce em importância no Brasil, como indicado pela disseminação da forma cooperativa de organizar o trabalho. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo (em 13 de novembro de 2000, p. A-12) informou que em “1990 existiam 751 cooperativas [de trabalhadores] em todo o País. Hoje são 5.660, com cerca de 6 milhões de cooperados”². A relevância do assunto transparece igualmente na intensidade da polêmica sobre o que essa forma de organização representa para os trabalhadores.

O objetivo deste estudo é discutir o tema do trabalho cooperativo, situando-o perante o problema mais amplo das transformações gerais no trabalho e privilegiando a questão do seu significado para os trabalhadores, tendo como pano de fundo as mudanças econômicas e institucionais observadas recentemente no Brasil. O título do artigo, que contém uma interrogação sobre o que representa o trabalho protagonizado em cooperativas, sugere o espírito da abordagem. O trabalho está duplamente escorado: de um lado, em pesquisa bibliográfica; de outro, em investigação empírica com entrevistas em 11 cooperativas de trabalho dedicadas às atividades de confecção em Santa Catarina.

1 MUDANÇAS NO TRABALHO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E FLEXIBILIDADE

As últimas décadas foram marcadas pelo aprofundamento das adversidades para os trabalhadores, um processo em que sobressaiu a intensificação do que se pode chamar de tendência à exclusão, manifestada no desaparecimento de numerosos postos de trabalho e na escalada das taxas de desemprego. Trata-se de quadro com dimensões preocupantes em diferentes latitudes, até mesmo no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – em cujo seio um país como a Espanha chegou a amargar taxas de desemprego superiores a 20%, por exemplo –, e isso tornou o problema um assunto obrigatório em diferentes fóruns. As dificuldades também se refletiram no agravamento do caráter precário do trabalho, do que constitui sintoma a multiplicação de “trabalhadores hifenizados”, quer dizer, *trabalhadores-em-*

2 Informação dada no artigo de Furtado & Alves (2000).

*tempo-parcial, trabalhadores-casuais, trabalhadores-temporários ou trabalhadores-auto-empregados*³. A crescente precariedade aparece como norma em diversos países, inclusive naqueles em que as taxas de desemprego têm se mostrado comparativamente baixas. O melhor exemplo refere-se aos Estados Unidos, possivelmente, onde as últimas décadas registraram a criação de numerosos postos de trabalho temporários e carentes de cobertura social (Toinet, 1996).

A deterioração nas condições de trabalho tem sido associada às mudanças tecnológicas e organizacionais recentes, vinculadas, num plano geral, aos processos relacionados ao aparente esgotamento do paradigma industrial centrado no binômio taylorismo-fordismo e à busca, intensificada desde os anos 70, de formas de produzir capazes de auxiliar a fazer frente à crise estrutural percebida no fim da década de 60⁴. De fato, as tentativas na “via tecnológica de saída da crise” acabaram resultando na difusão de novas tecnologias de processo e produto estribadas na microeletrônica e geradoras de efeitos que talvez autorizem referência a uma nova revolução tecnológica ou um novo paradigma industrial⁵. Para o que interessa neste trabalho, importa assinalar que o desenvolvimento tecnológico propiciou ganhos de produtividade consideráveis e contribuiu para tornar redundantes enormes contingentes de trabalhadores. Embora sejam várias, em regra, as causas do desemprego⁶, e apesar de nem sempre os estudos apresentarem resultados irretorquíveis sobre as relações entre modernização tecnológica e redução de postos de trabalho⁷, é difícil refutar a postulação de que os avanços tecnológicos recentes figuram entre as mais importantes fontes de geração ou agrava-

3 A expressão “trabalhadores hifenizados” é utilizada por Beynon (1997).

4 Sobre a crise do modelo fordista, consultar, por exemplo, Glyn *et al.* (1990).

5 Ver Roobeek (1987) e Coutinho (1992), por exemplo. Assinale-se que a questão relacionada à crise do paradigma taylorista-fordista e à emergência de um novo “conceito” de produção industrial é objeto de interessante polêmica. A idéia de crise na produção em massa é forte em Piore & Sabel (1984), por exemplo, e a crítica (corrosiva, diga-se) a tal postulação pode ser observada, entre outros (Sayer, 1989).

6 Glyn (1995), por exemplo, identifica entre as causas da crise do emprego nos países social-democratas europeus, particularmente nos escandinavos, as próprias opções políticas nacionais, que praticamente significaram o abandono dos objetivos referentes ao pleno emprego. Kapstein (1996) adota linha de argumentação semelhante, salientando que as “políticas privilegiaram a estabilidade financeira em detrimento do emprego” (p. 29).

7 Consultar, por exemplo, o trabalho de Kaplinsky (1987) para o International Labour Office sobre os reflexos da disseminação dos sistemas de produção flexível.

mento do desemprego. A análise de Rifkin (1995) sobre a multiplicação dos demitidos é largamente escorada nessa percepção, que subjaz ao seu vaticínio de que, na atualidade, “*a maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social*” (p. 27-28).

Questão chave é que, na indústria, as inovações tecnológicas e as associadas inovações organizacionais têm representado grande avanço na flexibilidade. Aliás, atuar de modo flexível tornou-se palavra de ordem para as empresas frente ao aprofundamento da concorrência. Contudo, o termo “flexibilidade” recobre vários tipos de problemas e pode ser empregado em diferentes níveis de análise, tanto no plano interno das empresas quanto no das relações entre estas e os outros agentes que gravitam nos seus espaços de atividades. No Brasil, por exemplo, fala-se em flexibilização até para mencionar as conseqüências da desregulamentação em escala macroinstitucional e para aludir aos efeitos da reestruturação produtiva efetuada na esteira de modificações como as que foram produzidas pela abertura comercial dos anos 90 (Bresciani, 1997).

O que se quer sublinhar é que a busca de maior flexibilidade – impulsionada por diversas mudanças contemporâneas – tende a gerar efeitos diversos. Geralmente se enfoca a flexibilização pela ótica da capacidade das empresas para responder agilmente às mudanças no mercado, com rapidez na mobilização de recursos e na reorientação do uso de máquinas e equipamentos. Na discussão de que trata este artigo, interessa antes de tudo o problema da flexibilidade no âmbito das relações de trabalho que florescem no bojo das novas formas de organizar a produção, sob o estímulo das transformações econômicas recentes. A flexibilidade nestes termos pode ser vista como reflexo das iniciativas das empresas no intuito de manter ou ampliar a competitividade. Nesse terreno, pode-se perceber que, apesar de algumas expectativas otimistas sobre os efeitos do novo paradigma industrial para os trabalhadores⁸, diferentes tipos de relações profissionais ou de organização do trabalho estão a encontrar espaço⁹. Entre estes figuram alguns que representam um aprofundamento efetivo da precariedade, por conta, entre outras coisas, da crescente subcontratação/terceirização motivada pelo interesse das empresas em reduzir custos. De fato, observa-se que, no atual contexto, as antigas contratualidades tendem à deslegitimação e que, tendo

8 Como é exemplo a convicção demonstrada por Coutinho (1992), segundo a qual os “*processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista (...) em direção a um processo (...) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação flexível*” (p. 75).

9 Para uma abordagem geral, consultar Lipietz (1990).

em vista tanto as mudanças contratuais quanto a propagação do caráter temporário do trabalho, além da crescente “informalização” das relações (Castro, 1998), as formas de trabalho precário se multiplicam.

A deterioração nas condições de trabalho foi visível na América Latina no período recente. Em grande medida isso resultou de ajustes econômicos, realizados em diferentes países, consubstanciados em políticas de reinserção externa cuja arquitetura geralmente proveio de “recomendações” de instituições internacionais. Esses ajustes expuseram os sistemas produtivos latino-americanos a níveis de concorrência até então ausentes dessas realidades nacionais e pressionaram por reestruturação em várias direções, com resultados na forma de, por exemplo, *downsizing*, focalização/desverticalização e até desnacionalização. Os reflexos no mundo do trabalho foram intensos, traduzindo-se em crescimento do desemprego e em aprofundamento do caráter precário dos vínculos e das condições, contribuindo para tornar ainda mais agudo o problema da pobreza¹⁰. O principal motivo pelo qual o aumento da subcontratação/terceirização representou impulso à proliferação de formas precárias de trabalho no subcontinente é que as práticas vinculadas são geralmente sinônimas de baixa remuneração e de descumprimento de obrigações legais por parte das empresas, quando não resultam em ampliação do trabalho informal.

Tudo somado, a conseqüência principal é uma profunda fragilização do núcleo assalariado dos mercados de trabalho, da qual não é aspecto menor a pressão exercida pelos trabalhadores empregados sobre as entidades que os representam no sentido de cerrar fileiras na defesa do emprego, mesmo que sob condições claramente deterioradas. É importante salientar que os efeitos das mudanças econômicas incidentes no mundo do trabalho são nutridos por mecanismos que operam na órbita institucional, onde tem lugar a regulação social, plano em que se observa, na América Latina, a “*remontagem de um novo modelo paradigmático, ou seja, (...) a construção de novas formas e instituições (...)*” (Castro, 1997, p. 3). De fato, merece realce que nos países do subcontinente

“o processo de enfraquecimento da base de trabalho assalariado, promovido pela reestruturação econômica, ... [seja] igualmente impulsionado pela desregulamentação social, que caracteriza

10 Como indicam, por exemplo, os estudos sobre México, Chile, Argentina, Peru e Uruguai, realizados no âmbito do Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano (CIEDLA), sediado em Buenos Aires. Cf. Konrad-Adenauer-Stiftung A.C./CIEDLA (1997).

as novas formas de governança industrial” (Castro & Dedecca, 1998, p. 14).

O Brasil não é exceção na América Latina com respeito a essas questões. Os reveses que cercam o trabalho perpassam a história do país, porém as condições se agravaram desde os anos 80, quando o emprego formal foi duramente afetado pelas turbulências macroeconômicas e houve notável crescimento do trabalho, quer por conta própria, quer sem contrato formalizado, simultaneamente à regressão na órbita salarial (Mattoso & Baltar, 1997). Na década de 90, a recessão dos primeiros anos e as mudanças associadas à desregulamentação – destacando-se a abertura comercial, de repercussões amplificadas pela política de câmbio que escorou o Plano Real – fizeram a situação do trabalho piorar ainda mais. Como salienta Singer (1999a), o brutal aumento da concorrência que resultou da abertura comercial e as maiores dificuldades para exportar impostas pela situação do câmbio atingiram duramente as empresas. Compelidas a diminuir seus custos, estas demitiram em grande quantidade e passaram a lançar mão, de modo amplo, de capacidades de trabalho externas, protagonizando subcontratação/desverticalização que recrudescer a tendência de maior precariedade nas condições de trabalho.

O resultado de tudo isso é uma crise profunda, certamente irrevogável, da relação padrão de emprego no Brasil, um processo que, vale insistir, insere-se nas transformações do capitalismo em escala global. O fato de o desemprego ter se ampliado, mesmo em período de desaceleração do crescimento da população ativa urbana (Baltar, 1998), sugere, com efeito, que o novo contexto competitivo e as novas estruturas regulatórias reverberaram decisivamente na base produtiva do país, tornando mais aguda a situação de retrocesso social¹¹. Não é elemento estranho à piora nas condições gerais dos trabalhadores a grande flexibilidade observada nas relações de trabalho no país, refletindo o funcionamento das próprias instituições que regulam o correspondente mercado: essas instituições geralmente criam “*incentivos para contratos de trabalho de curto prazo e para que haja pouquíssimos vínculos entre empregados e empregadores no transcorrer da relação de emprego.*” (Camargo, 1996, p. 12).

A disseminação do trabalho realizado em cooperativas no Brasil teve lugar no interior desse contexto francamente desfavorável para os trabalhadores. A rigor, tal crescimento é iluminado quando se lhe

11 Esse conjunto de questões é abordado em vários estudos, realizados por diferentes autores, organizados em livro por Oliveira & Mattoso (1997).

associam as mudanças econômicas e institucionais observadas nos últimos anos.

2 COOPERATIVAS DE TRABALHADORES: PROBLEMÁTICA E CONTROVÉRSIA

De um modo geral, os motivos básicos da proliferação das cooperativas de trabalho no Brasil não parecem diferir dos que estão por trás do crescimento dessa forma de organização em diferentes realidades socioeconômicas, em escala planetária. Os principais vetores são os efeitos das recentes transformações na economia mundial, como salienta a International Organisation of Industrial, Artisanal and Service Producers' Co-operatives, integrante da International Co-operative Alliance¹². Pode-se conjecturar que tais razões não diferem muito, na essência, das que impulsionaram o surgimento das organizações cooperativas precursoras, a mais conhecida das quais é a de Rochdale, Inglaterra, criada em 1844 para mitigar as difíceis condições de trabalho e vida de contingentes operários da indústria têxtil britânica afetados pela Revolução Industrial¹³.

Vale destacar pelo menos dois aspectos relacionados àquela cooperativa pioneira: um é que a referida iniciativa vingou em terreno semeado pelas idéias de Robert Owen, um socialista “utópico” descrito por Engels (1974) como indivíduo “*de uma simplicidade de caráter infantil que ia até o sublime e, ao mesmo tempo, [como um] condutor nato de homens, como não existem muitos*” (p. 39). O outro aspecto é que os princípios cooperativistas delineados pelos desbravadores de Rochdale têm validade até os dias de hoje, e isso faz a importância daquela experiência transcender o episódio da sua criação e a trajetória do seu funcionamento. Em que pese as adaptações suscitadas pelas mudanças nas condições de atuação ao longo do tempo, permanecem atuais as seguintes linhas-mestras (COOPERATIVISMO... 1999):

- adesão voluntária dos associados e participação franqueada a todos os que desejam tomar parte, desde que aptos a utilizar os serviços e a assumir as responsabilidades decorrentes;

12 O endereço na Internet é: www.coop.org/ica/ica/sb/cicopa.html

13 Singer (1999b) discorre sobre o contexto da criação dessa cooperativa e sobre a sua trajetória. Um breve histórico da experiência é apresentado por Kumon (1999). A situação dos trabalhadores britânicos no período da Revolução Industrial e no século XIX pode ser captada no livro clássico de Engels (1985) e também no notável estudo de Mantoux (1962).

- gestão democrática, garantida por meio da escolha periódica dos responsáveis pela condução do empreendimento;
- gestão autônoma e independente, protagonizada pelos próprios membros;
- contribuição eqüitativa para o capital da cooperativa e controle democrático do uso dos recursos, com distribuição dos benefícios entre os membros de acordo com as respectivas participações;
- promoção contínua da educação e da formação dos associados com referência ao tema do cooperativismo;
- apoio à contínua expansão do cooperativismo mediante interações densas com outras cooperativas, em diferentes esferas (regional, nacional e internacional);
- contribuição ao desenvolvimento das comunidades em que se encontram as cooperativas.

Cabe indicar também que, embora a experiência de Rochdale tenha valor quase paradigmático, foi na Europa continental que o trabalho cooperativo realmente adquiriu força e se disseminou. Abordando o tema da aristocracia operária, Hobsbawm (1988) assinalou que:

“as cooperativas de produtores, que eram a forma mais concreta de demonstrar que o capitalista era desnecessário ao processo de produção, vicejaram muito melhor no continente do que na Grã-Bretanha” (p. 310).

No mesmo diapasão, esse historiador esclareceu que: enquanto a cooperação de produtores (...) permaneceu por muito tempo como o núcleo do socialismo francês (...) [na Grã-Bretanha] o socialismo cooperativista sempre foi um fenômeno periférico (p. 359). Desse modo, talvez não seja fortuito o fato de, na atualidade, entre as cooperativas mais referidas internacionalmente, figurarem as de países da Europa continental, como Espanha e Itália: pela ordem, a Mondragón Corporación Cooperativa (no País Basco, em operação há cerca de cinco décadas) e a Cooperativa Ceramica D’Imola, instalada em 1874.

No Brasil, o debate sobre as cooperativas de trabalho parece abrigar pelo menos dois tipos de posições: a que considera tal forma de organização uma possibilidade concreta de enfrentamento da crise do trabalho e a que entende serem as cooperativas de trabalho, no modo como boa parte delas funciona, exemplos de deterioração das condições de trabalho.

2.1 Trabalho cooperativo como opção frente às mudanças no mundo do trabalho

Em face das adversidades que resultaram das mudanças econômicas recentes, a proliferação de cooperativas de trabalho no Brasil foi saudada em alguns meios como uma tendência portadora de novas perspectivas para diversos contingentes de trabalhadores (Desórdis, 1996). Essas cooperativas evoluíram de uma condição secundária, em que as iniciativas vinculadas eram escassas e acusavam certa marginalização, para a de segmento de maior dinamismo no universo cooperativista brasileiro, sendo atualmente vistas por alguns estudiosos como um tipo inovador de solução para a crise do emprego (Tesch, 1996). Trata-se de forma de organização claramente estimulada pelos impasses vividos pelo mundo do trabalho: o surgimento e a expansão do trabalho cooperativo nos anos 90 teriam representado:

“tentativa de resposta às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, acompanhada da crescente automação e informatização nos processos produtivos, gerando a crise de desemprego. Tais cooperativas constituem igualmente uma oportunidade de renda para os muitos excluídos da sociedade” (Schneider & Vicente, 1996, p. 40).

A visão que diferentes observadores compartilham é permeada pelo entendimento de que há um duplo aspecto a ser considerado na disseminação das cooperativas: o de reação às adversidades crescentes e o de garimpagem de melhores possibilidades de renda e vida, ambos entremeados e complementares. Dessa maneira, o crescimento do trabalho em cooperativas pode ser interpretado nos termos de uma *“ação ofensiva que gera um espaço de defesa, ajuda mútua e solidariedade entre os setores mais frágeis”* (Tesch, 1995, p. 7). Admite-se que esse tipo de trabalho não esgota, nem remotamente, o horizonte de possíveis soluções para os problemas do mercado de trabalho. Entretanto, põe-se em relevo que a sua expansão resulta em novas oportunidades de ocupação, criadas com menores custos, com a vantagem adicional de contribuir para a difusão de um sentido de maior solidariedade entre as pessoas. A propagação de um tal sentido é percebida como necessária perante a dinâmica excludente da globalização, sendo defendida com ardor em eventos de envergadura, como constituiu exemplo o 1º Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em janeiro de 2001.

O ambiente da disseminação das cooperativas de trabalho é o mesmo em que vários grupos de trabalhadores envolveram-se na auto-

gestão ou na co-gestão de empresas mergulhadas em dificuldades por conta das mudanças na economia. Singer (1997) faz referência a esse processo, designado por ele como um “novo experimento social” no Brasil, citando os exemplos da Cobertores Parahyba (São José dos Campos), da Facit (Juiz de Fora), da Coopervest (Aracaju) e da CBCA (região carbonífera de Criciúma). De acordo com o autor, estes são casos em que “os operários, sem experiência administrativa e sem conhecimentos especializados, tiveram êxito onde o capital privado fracassara” (p. 2-2). Ao que parece, o fenômeno da tomada do controle de empresas em crise pelos próprios trabalhadores é, além de fator de crescimento da organização cooperativa na esfera da produção, um importante vetor de fortalecimento das esperanças nas possibilidades do cooperativismo. Deve-se assinalar que a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) tem desempenhado um importante papel no processo de fortalecimento da autogestão e da co-gestão.

Entretanto, a recuperação de empresas em situação falimentar é só um dos terrenos em que o trabalho cooperativo proliferou, como sublinha Tesch (1995). Esse tipo de organização tem se enraizado especialmente no âmbito dos movimentos populares, pelas possibilidades de inserção econômica oferecidas aos grupos sociais em piores condições. Ilustração de iniciativa nesse plano concerne à Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM), no Rio de Janeiro, que frutificou numa região de enormes carências – com apoio em mobilização comunitária que envolveu a Fiocruz (do Ministério da Saúde), entre outras instituições – e tem proporcionado resultados animadores em áreas como prestação de serviços e produção de tijolos e artigos de vestuário (COOTRAM... 1999). Note-se que na esfera dos movimentos populares o trabalho cooperativo aparece vinculado à idéia de “*economia solidária*”, uma expressão que evoca sistema onde, por exemplo, empresários de pequeno porte atuam de forma solidária, em meio a políticas específicas de combate ao desemprego e a condições favoráveis envolvendo crédito, assistência tecnológica e acesso a informações relevantes (Singer, 1996a). Assinale-se que os esforços permeados do sentido de solidariedade, norteados pela busca de possibilidades para os deserdados das transformações econômicas, têm lugar em diferentes meios: Pedrini (2000) menciona iniciativas impregnadas do espírito de “*economia solidária*” até na área de Blumenau (destacado pólo têxtil catarinense, conhecido em escala nacional e internacional, com municípios que despontam entre os de maiores Índices de Desenvolvimento Humano no país) (Folha de São Paulo, 1998), onde surgiram cooperativas ou associações de trabalhadores em vários setores de atividades.

Resulta dessas contribuições ao debate sobre alternativas para os trabalhadores a conclusão de que o trabalho cooperativo fincou raízes como opção a ser privilegiada no Brasil e em outros países, em circunstâncias onde combinam-se grandes carências sociais, acompanhadas de crescente marginalização, e grandes impactos das transformações econômicas contemporâneas. A via cooperativa mostra-se especialmente sedutora pelo que representa como oportunidade em termos de autonomia dos trabalhadores, em contraste com os vínculos do assalariamento e com a relação com os patrões. Não menos atraente é o fato de os rendimentos obtidos pelos trabalhadores organizados dessa forma apresentarem proporcionalidade ao que cada associado contribui para o empreendimento coletivo. Assim, mesmo diante das evidências sobre as dificuldades e desafios que pontuam a vivência cooperativa, é difícil recusar a idéia de que constitui fonte clara de benefícios um tipo de instituição cuja

“finalidade primordial [é] gerar meios de trabalho, melhorar a remuneração e as condições de trabalho pessoal de seus associados, dispensando a intervenção de um patrão ou mesmo empresário (...)” (Tesch, 1995, p. 13).

Entretanto, para alguns pesquisadores, a proliferação do trabalho cooperativo reveste-se de importância que ultrapassa os aspectos de reação à crise do emprego e de opção diante das adversidades derivadas dessa crise. Arruda (1997) associa tal forma de organização a uma práxis no interior da qual *“a idéia do desenvolvimento próprio das comunidades e sociedades humanas (...) pode ser levada à prática no interior mesmo do processo atual de globalização”* (p. 9). Vincula-a também a um tipo de conduta em que se *“inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes”* (Arruda, 1997), e em que:

“o associativismo e o cooperativismo autogestivos, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia” (Arruda, 1997).

Apesar da persistência dos problemas, em que sobressai uma admitida fragilidade da cultura de cooperação no Brasil (Tesch, 1996), as cooperativas tendem a ser vistas pelos autores que lhes emprestam um significado próximo ao de instrumento de mudança social, como parte da construção de uma “cidadania ativa” apta a lubrificar a emergência de

uma “globalização cooperativa” no seio de um processo sinérgico marcado pelo “*enlace solidário em todos os campos*” (Arruda, 1997).

Singer (1999a, 1999b) não deixa por menos e, numa abordagem inspirada no reconhecimento de que “*é preciso repensar a utopia socialista*”, sublinha que as cooperativas constituem nada menos que implantes socialistas nas fissuras do capitalismo.

“A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações são democráticas, ela traduz na prática o lema: ‘de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades’” (Singer, 1999b, p. 128).

Nessa ótica, indica-se que o crescimento das cooperativas acena com possibilidades de evolução da sociedade rumo a um “*modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade*” (Singer, 1997, p. 2-2). Nos argumentos, esgrime-se a idéia de que, se realmente disseminado, esse tipo de organização mostrar-se-ia capaz de propiciar aos estratos mais necessitados da população o acesso ao exercício do controle sobre a produção social e a vida política. Esse raciocínio aparece formulado por Singer (1996b) em artigo onde é acentuado que, no período contemporâneo, é o controle – mais do que a propriedade – que aduba o capitalismo. O melhor é dar a palavra ao autor.

“[O]s limites do capitalismo se encontram menos na propriedade do que no controle privado, exercido pela minoria de grandes detentores de riqueza financeira (...), da produção social e do Estado. O que dá vida ao capitalismo é o controle pelos ricos dos partidos, candidaturas e governos, dos meios de comunicação de massa, dos conglomerados de empresas, da intermediação financeira e (...) de boa parte da produção cultural. Acabar com esse controle exige muito mais do que um ato de força, como expropriar empresas e bens de raiz; exige sobretudo habilitar a maioria pobre ou remediada do povo a assumir este controle sempre que possível e disputá-lo sempre que necessário” (Singer, 1996b, p. 1-3).

2.2 Cooperativas de trabalho: ilustração da crescente precariedade do trabalho

Diferentes experiências vinculadas à produção industrial têm estimulado alguns estudiosos a considerar a própria eclosão das cooperativas de trabalho como um aspecto da crescente precariedade das relações de trabalho no Brasil. O ponto de vista manifestado por Lima (1998), com base no que vem sendo percebido em estados da Região Nordeste do país em setores como os de produção confeccionista e calçadista, pode talvez ser apontado como uma espécie de síntese desse tipo de avaliação.

“Para os trabalhadores, (...) a cooperativa – da forma como está sendo experimentada – representa precarização (sic) de suas condições de trabalho pela flexibilização ‘de fato’ das relações de trabalho que acarreta. Pode-se falar de retrocesso frente ao trabalho assalariado e às conquistas dos trabalhadores, que bem ou mal garantem direitos mínimos” (Lima, 1988, p. 227).

A realidade que inspira essa análise permite notar uma tendência de substituição do trabalho assalariado pelo trabalho autônomo, disponibilizado através de cooperativas que muitas vezes são criadas para beneficiar empresas interessadas em reduzir custos fixos e em ampliar a flexibilidade no uso da mão-de-obra. Essa troca caracteriza, por exemplo, a construção civil e atividades do setor agrícola (como a colheita de laranjas) em estados do Sudeste, e, principalmente, faz-se notar em atividades industriais de estados do Nordeste como Ceará, Paraíba e Pernambuco, onde até ocorre sob o estímulo de iniciativas públicas implementadas para vitalizar economias locais por meio da atração de empresas. Em todos os casos, está-se falando, com respeito a tais cooperativas, sobre postos de trabalho carentes de benefícios como férias remuneradas e licenças, entre outros¹⁴. Portanto, nesse tipo de análise, tais cooperativas despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativas para operários confrontados com as adversidades do momento atual. Não é ocioso assinalar que a multiplicação dessas experiências coincidiu, de alguma forma, com a entrada em vigor de uma determinação legal que considera não existirem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e entre estes e as empresas que recorrem a essa fonte de trabalho.

¹⁴ Sobre a proliferação das cooperativas de trabalho no Brasil, consultar as reportagens de Pinto (1998a, 1998b).

O benefício para as empresas há de ser considerado em relação ao uso generalizado da terceirização/subcontratação, marcante no cenário industrial em diferentes países. De fato, a transferência de algumas etapas (ou de quase todas, em certos casos) do processo de produção para capacidades produtivas externas às empresas tornou-se um aspecto maior da organização industrial, refletindo condutas que envolvem a definição de *core competences* e *core products* (Prahalad & Hamel, 1990). Na verdade, a tendência à maior terceirização/subcontratação representa um aspecto organizacional basilar da reestruturação produtiva no plano internacional e no Brasil (Amato Neto, 1995), presente inclusive nas estratégias de empresas multinacionais como a Benetton (Carleial & Bal, 1999), não poucas vezes envolvendo a utilização de trabalhadores em domicílio, o que fortalece prática há muito observada em setores como o de produção vestuarista, intensivos em mão-de-obra¹⁵. Ora, as condições da produção terceirizada/subcontratada são, muitas vezes, bastante precárias, com sub-remuneração, ausência de relações formais e de benefícios sociais, pressões de diferentes tipos e vínculos mais tensos do que cooperativos, marcados por desconfiança e oportunismo. Esses aspectos espelham a principal motivação da transferência de atividades em muitas empresas: a redução de custos referentes a salários e encargos sociais, acompanhada da passagem para terceiros das incertezas associadas às oscilações do mercado. Sua ocorrência tem relação com o aumento das demissões no período recente, resultante da própria reestruturação produtiva, pois este processo configura vetor de crescente oferta de trabalho autônomo ou efetuado no seio de pequenas estruturas, o que lubrifica a prática da subcontratação/terceirização.

É nesse contexto que se multiplicam as cooperativas de trabalho, que geralmente canalizam volumosa produção subcontratada/terceirizada, com vantagens para as empresas até de ordem logística. Como no Brasil diversas cooperativas desse tipo foram criadas sob o incentivo dos subcontratantes, quando não resultaram diretamente de iniciativas destes, a gestão dos empreendimentos cooperativos, em termos práticos, é não raramente efetuada pelas empresas, que protagonizam o controle e a fiscalização do funcionamento. Isso ocorre tanto em áreas de industrialização mais antiga, como alguns núcleos calçadistas do Centro-Sul do Brasil (Piccinini, 1998), quanto em localidades do Nordeste do país implicadas nos processos de reorganização de empresas naquela região mais dinâmica. Trata-se de casos em que “o trabalho dos cooperativados só difere daquele dos trabalhadores assalariados no que tange à ausência

15 Sobre o uso de trabalhadores em domicílio no Brasil, consultar, por exemplo, Abreu (1986) e Ruas (1993).

dos direitos formais (...)” (Lima, 1998, p. 213), e para os quais o acúmulo de denúncias sobre as dramáticas condições de trabalho estimularam a cunhagem do termo “*cooperfraude*” (Lima, 1998, p. 222).

Desse modo, mesmo os observadores mais otimistas sobre as possibilidades das cooperativas advertem contra as *pseudocooperativas*,

“em que um grupo de trabalhadores, arregimentados por um agente do empregador, é formalmente organizado enquanto cooperativa, vendendo os seus serviços como se fossem contratados, perdendo os direitos trabalhistas normais” (Singer, 1999a, p. 41).

O que está em relevo, nesse e em outros enfoques que compartilham a opinião de que é preciso denunciar o caráter fraudulento de várias experiências, é o ponto de vista de que a cooperativa só pode emergir por iniciativa espontânea dos próprios trabalhadores e ser conduzida por estes. A independência e a autogestão são princípios básicos do cooperativismo, conforme assinalado anteriormente, e constituem fatores essenciais do contraste entre cooperativas genuínas e cooperativas espúrias (Schneider & Vicente, 1996). É interessante assinalar que ambos os fatores representam elementos decisivos até para a avaliação dos pedidos de registro de cooperativas de trabalho, como se observa em São Paulo (Furtado & Alves, 2000).

Se a análise de numerosos experimentos fortalece o ceticismo sobre o papel das cooperativas como alternativa para trabalhadores às voltas com a deterioração nas suas condições de trabalho, não admira que, de acordo com algumas análises, seja praticamente impossível admitir que a disseminação desse tipo de cooperativismo significa avanço rumo a um novo modo de produção e de organização da sociedade, florescente nos interstícios do capitalismo. Posição de crítica visceral nestes termos é manifestada por Vainer (2000), em texto onde, de passagem, a expressão “*economia solidária*” é rechaçada sob a alegação de que os termos que a formam simplesmente se “rejeitam”.

“Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. (...) O cooperativismo não é alternativa e pode ser, simplesmente, estratégia de controle [político de populações desesperadas]. Pode também, entretanto, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no

tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo” (Vainer, 2000, p. 10).

3 UMA ABORDAGEM SOBRE AS COOPERATIVAS DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina a década de 1990 testemunhou uma expansão notável das cooperativas de trabalho. Como pode ser observado na Tabela 1, o seu número foi multiplicado por sete e o volume de pessoas a elas vinculadas cresceu mais de dez vezes, fazendo essa modalidade de cooperativismo alcançar posição de grande realce no universo cooperativista estadual. Note-se que a indicada evolução diz respeito só aos empreendimentos registrados na Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). Isso significa que parcela considerável das experiências existentes não se encontra computada, já que parece ser elevada a quantidade de cooperativas “informais”, não identificadas pela OCECSC.

Tabela 1

EXPANSÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NOS ANOS 1990

(Dados de 31 de dezembro)

Anos	Indicadores					
	Total de Cooperativas		Cooperativas de Trabalho			
	Número de Cooperativas	Número de Cooperados (mil)	Cooperativas		Cooperados	
Número			% sobre o total	Número (mil)	% sobre o total	
1992	176	274,8	12	6,8	2,3	0,8
1993	170	269,7	11	6,5	2,8	1,1
1994	181	297,7	18	9,9	3,0	1,0
1995	173	296,2	19	11,0	2,4	0,8
1996	200	306,8	34	17,0	4,2	1,4
1997	274	327,5	77	28,1	15,1	4,6
1998	301	350,8	89	29,6	20,6	5,9
1999	300	372,6	86	28,7	25,2	6,8

Fonte: OCECSC (www.ocesc.org.br/estatisticas.htm).

Tal como se observou em escala nacional, o crescimento dessas cooperativas em Santa Catarina resultou em grande parte das crescentes dificuldades que os ajustamentos concretizados pelas empresas em reação às mudanças macroeconômicas e à exacerbação da concorrência representaram para os trabalhadores. A reestruturação ocorreu em diferentes setores de atividades e implicou empresas de vários tamanhos, produzindo efeitos em diversas regiões do estado. Via de regra, houve grandes demissões, a reboque de tentativas de modernização nas estruturas produtivas e organizacionais que se traduziram em máquinas e equipamentos novos e também em transferências de atividades para capacidades produtivas externas, tanto empresas de menor porte (formais ou não) quanto trabalhadores em domicílio. Essa tendência à externalização produtiva, fortalecida em contexto de retração das oportunidades de emprego, encorajou numerosos processos de criação de cooperativas de trabalho.

Um dos segmentos industriais em que a reestruturação se fez sentir com mais força e em que, tendo em vista a grande intensidade de mão-de-obra que lhe caracteriza, as conseqüências sociais das mudanças revelaram-se especialmente dramáticas, foi o de confecções, integrante da cadeia têxtil, de presença histórica e proeminente em Santa Catarina. Tal perfil estimulou a opção por esse segmento para uma abordagem empírica sobre o significado do trabalho em cooperativas para os trabalhadores.

3.1 Cooperativas de trabalho no segmento de confecções: ensinamentos da observação

A pesquisa de campo, realizada com o objetivo de captar aspectos essenciais do universo do trabalho cooperativo no segmento de confecções em Santa Catarina, envolveu entrevistas em 11 cooperativas. Identificadas no anexo, essas cooperativas distribuíam-se no Vale do Itajaí, principal área de produção têxtil-vestuarista em Santa Catarina e uma das mais importantes do Brasil (7 cooperativas), na Grande Florianópolis (2 cooperativas) e na área de Tijucas, localizada entre as duas primeiras regiões (2 cooperativas). Todas essas cooperativas tinham sido criadas entre 1996 e 1999, 80% delas no biênio 1996-98, sendo que duas haviam encerrado as atividades recentemente (ambas no Vale do Itajaí), casos em que as entrevistas foram realizadas com as ex-presidentes. Estas duas cooperativas foram estudadas inclusive pelo que poderiam ajudar na compreensão de exemplos de insucesso, e os dados de seu funciona-

mento e caracterização referem-se, evidentemente, ao período de atuação. As entrevistas foram efetuadas entre novembro de 2000 e abril de 2001¹⁶.

Em todos os casos, as cooperativas estudadas tinham sido criadas no intuito de gerar ou manter oportunidades de ocupação e renda para pessoas (na grande maioria mulheres) que, anteriormente, só desempenhavam, em geral, atividades domésticas em seus domicílios e que, além do trabalho na cooperativa, ajudavam os cônjuges em outras atividades. Estas diziam respeito inclusive à agricultura, como ocorria no Vale do Itajaí, em cooperativas no meio rural (5 casos). Porém, em pelo menos uma cooperativa, havia associadas que já tinham experiência prévia de trabalho em fábricas. A exceção ao objetivo indicado acima refere-se a uma cooperativa da Grande Florianópolis, surgida a partir da falência de uma empresa, onde o motivo da criação foi a conservação da ocupação e da fonte de renda dos ex-funcionários. Assinale-se que este foi o único caso, entre os estudados, em que não se observou envolvimento externo no processo de criação. Todas as outras cooperativas registraram alguma interferência desse tipo, na forma de estímulo e apoio, sempre bem-vindos por conta das recorrentes dificuldades, devendo-se realçar o papel das prefeituras municipais, que haviam contribuído – e seguiam contribuindo – com empréstimos de instalações e maquinário ou através de pagamento de despesas como as de luz e água.

O apoio externo às cooperativas abrangeu a preparação dos estatutos, tendo a OCESC marcado alguma presença em certos casos, porém sem exclusividade. Houve até mesmo, algumas vezes, o envolvimento de políticos locais, principalmente com o objetivo de facilitar a aproximação das cooperativas às empresas que transferem a produção para terceiros. De todo modo, só menos da metade das entrevistas revelou influência externa na própria gestão das cooperativas. Em algumas, isso implicava a presença recorrente de funcionários das empresas que terceirizavam, na qualidade de “inspetores”. Essa presença não inibia o engajamento dos associados nos processos de tomada de decisão sobre as atividades das cooperativas, pois em todas eram realizadas assembleias para debater os problemas e deliberar sobre os rumos a serem seguidos, mesmo que apenas metade das cooperativas entrevistadas as realizasse mensalmente. Mas, apesar do claro empenho de várias cooperativas na busca de melhores condições de atuação, o equacionamento das principais

16 As entrevistas foram realizadas por José Paulo Fagundes e Odirlei Farinea, alunos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsistas de Iniciação Científica em projeto de pesquisa intitulado “Cooperativas de Trabalho na Indústria Têxtil-Vestuária de Santa Catarina”, coordenado pelo autor. Embora sem ser bolsista, também participou Noslei Dalmagro Verdieri, aluno do mesmo curso.

dificuldades requeria ajuda externa (de prefeituras e vereadores, por exemplo), pois, de um modo geral, os empreendimentos padeciam de grandes limitações na gestão e no controle, com exceções que só confirmavam a regra. Não deixa, certamente, de guardar relação com as dificuldades percebidas o fato de ter se revelado rara a situação de folga financeira: só uma cooperativa possuía reservas, utilizadas para completar as retiradas dos associados quando as encomendas escasseavam e as entradas financeiras minguavam (Tabela 2).

Poucas cooperativas eram donas das dependências que ocupavam e do maquinário que utilizavam. Havia instalações emprestadas pelas prefeituras municipais, que em certos casos também permitiam o uso de máquinas de propriedade pública, e, em alguns empreendimentos, observou-se a utilização de máquinas que tinham sido cedidas em regime de comodato pelas empresas que terceirizavam a produção, o que tornava ainda mais fortes os vínculos entre estas e as cooperativas correspondentes. De qualquer maneira, quase todas fizeram investimentos (geralmente com recursos próprios, pelas dificuldades de obtenção de financiamento) em máquinas, equipamentos ou instalações, variando de caso para caso.

As 11 cooperativas realizavam costura, às vezes de forma combinada com atividades de acabamento, modelagem e bordado, sendo as duas últimas efetuadas só pelas cooperativas que não atuavam para empresas que transferiam etapas da produção, casos minoritários no conjunto estudado (Tabela 3). Estas cooperativas localizavam-se na Grande Florianópolis e, no momento das entrevistas, produziam, em um caso, bonés, camisas e bermudas sob encomenda, com as etiquetas dos clientes (que consistiam em lojas e num parque de diversões de São Paulo), e, no outro caso, artigos de vestuário diversos destinados à comercialização direta. As demais cooperativas produziam para empresas do Vale do Itajaí, dividindo-se entre as que costuravam camisetas e camisas para a Hering (3 cooperativas), as que costuravam camisas e moletons para a Farfalla (2 cooperativas) e as que costuravam bordas de toalhas (e pregavam as etiquetas) para a Artex (4 cooperativas, das quais 2 tinham encerrado as atividades recentemente). Encontraram-se exemplos de cooperativas que tinham substituído os clientes com base na comparação dos níveis de exigência destes e das condições de atuação associadas, dizendo isso respeito, antes de tudo, às questões de preço, transporte e desconto no pagamento dos materiais entregues pelas empresas (agulhas, linha).

Tabela 2
COOPERATIVAS DE CONFECÇÃO EM SANTA CATARINA:
ASPECTOS DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Indicadores	Número de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
<i>Motivação básica da criação</i>	
• gerar oportunidade de ocupação e renda	10
• conservar fonte de ocupação e renda, após falência do empregador	1
<i>Participação externa na criação</i>	
• não	1
• sim: Prefeituras Municipais	8
Rotary Club	2
SEBRAE-SC	1
Universidade	1
Empresas	1
<i>Influência externa na gestão</i>	
• não	6
• sim	5
<i>Frequência das assembleias</i>	
• mensal	5
• semestral ou superior	2
• irregular	4
<i>Reservas financeiras</i>	
• não	10
• sim	1

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas.

Tabela 3
COOPERATIVAS DE CONFECÇÃO EM SANTA CATARINA:
PATRIMÔNIO E ATIVIDADES

Indicadores	Número de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
<i>Instalações</i>	
• próprias	2
• alugadas ou emprestadas	9
<i>Maquinário</i>	
• totalmente próprio	5
• total ou parcialmente emprestado ou cedido em comodato por empresas	6
<i>Principais atividades realizadas</i>	
• costura	11
• acabamento	4
• modelagem	2
• bordado	1
<i>Clientes</i>	
• empresas industriais que transferem produção	9
• empresas comerciais e outras que encomendam produtos	1
• consumidores finais	1

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas.

As cooperativas que produziam para empresas que transferiam etapas das suas atividades de fabricação – 9 das 11 entrevistadas – relacionavam-se quase sempre de forma direta com as segundas, embora bom número tivesse tido os primeiros contatos com estas auxiliados por agentes externos (representantes comerciais, vereadores, prefeituras municipais). As exceções ao relacionamento direto envolviam intermediários que cobravam comissões. Também eram maioria as cooperativas que buscavam, elas próprias, os materiais nas empresas – em todos os casos, peças de artigos de vestuário já cortadas, e, em alguns poucos, também linha e agulhas, cujos preços eram geralmente descontados do pagamento pelo serviço – e entregavam os produtos prontos, responsabilizando-se pelo transporte. Embora a definição dos prazos de devolução fosse geralmente prerrogativa das empresas, uma atribuição que também alcançava os preços pagos às cooperativas, os vínculos tendiam a ser estáveis e duradouros, sendo que a maioria das cooperativas preservava a sua capacidade de conduzir as suas atividades ligadas à produção, sem real

interferência das empresas (não obstante a presença dos já citados “inspetores”, pertencentes aos quadros dos clientes). As cooperativas realizavam elas mesmas o controle de qualidade, a cargo de “revisoras”, uma função que adquiria importância especial quando a tarefa de costurar era acompanhada pela de embalar as peças, que nesses casos saíam da cooperativa prontas para a expedição (isso ocorria em cooperativas que costumavam toalhas para a Artex, por exemplo). A fiscalização da qualidade também ocorria na empresa, mas por amostragem, segundo as informações obtidas nas cooperativas. Por outro lado, na maior parte, as relações entre cooperativas e empresas desenrolavam-se sob o signo da sazonalidade, o que representava pouca estabilidade nos fluxos de produção para as primeiras (Tabela 4). Evidentemente, isso tinha reflexos sobre os rendimentos dos associados.

Em todas as entrevistas prevaleceu o ponto de vista de que trabalhar na cooperativa representava vantagem para a maioria dos associados (Tabela 5). O principal motivo relacionava-se ao aumento da renda, comparativamente à situação anterior, mesmo para quem tinha sido empregado de empresa. Até certo ponto, a questão do rendimento ofuscou outras vantagens também assinaladas, como a independência adquirida (ligada à idéia de que se é “dono do próprio negócio”) e a flexibilidade de horário, um atributo especialmente louvado pelas mães de filhos pequenos e pelas donas de casa em geral. Em 8 cooperativas sublinhou-se a importância da organização cooperativa frente ao aumento do desemprego e à contração das possibilidades de engajamento assalariado, principalmente no Vale do Itajaí, onde foram intensos os reflexos da reestruturação industrial (Lins, 2000). Seja como for, em 5 cooperativas acentuou-se que a precariedade nas condições de trabalho havia aumentado para os ex-assalariados devido à falta de registro em carteira, à supressão dos benefícios que acompanham o salário e ao problema da instabilidade no ritmo de trabalho e no recebimento. Ressalte-se que em quase todas as cooperativas ocorreu diminuição do número de associados, e que entre as razões do abandono despontou o problema da insegurança em relação ao futuro. Foi sintomática a distribuição das respostas à interrogação sobre a preferência entre o trabalho em cooperativa e a condição assalariada, conforme pôde ser captado pela visão dos presidentes ou diretores entrevistados: em 5 cooperativas a maioria das associadas optaria pelo assalariamento, se fosse possível, e em 3 as opiniões mostraram-se divididas. É provável que contribuem para esse cenário os poucos estímulos ao aperfeiçoamento profissional no âmbito das cooperativas (quando há, restringe-se a um ou outro curso de corte e costura, às vezes nas empresas que transferem a produção) e os escassos serviços oferecidos aos associados (quase sempre limitados ao recolhimento do INSS).

Tabela 4
COOPERATIVAS DE CONFECÇÃO
EM SANTA CATARINA PRESTADORAS DE SERVIÇOS
PARA EMPRESAS QUE TRANSFEREM ETAPAS
DAS SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS:
CARACTERÍSTICAS DOS VÍNCULOS

Indicadores	Número de cooperativas
Total de cooperativas observadas	9
<i>Relação entre cooperativas e empresas</i>	
• direta	7
• indireta	2
<i>Organização do fluxo de materiais e produtos</i>	
• cooperativa pega o material na empresa e leva a produção	7
• empresa leva o material e recolhe a produção	2
<i>Materiais distribuídos pelas empresas</i>	
• peças de artigos de vestuário cortadas	9
• materiais como linha e agulha	3
<i>Definição dos prazos de entrega da produção</i>	
• pela empresa	8
• definição conjunta empresa-cooperativa	1
<i>Regularidade no recebimento de encomendas das empresas</i>	
• sim	2
• não	7
<i>Interferência das empresas nas atividades das cooperativas</i>	
• sim	2
• não	7

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

Tabela 5
COOPERATIVAS DE CONFECÇÃO
EM SANTA CATARINA:
SIGNIFICADO DO TRABALHO NA COOPERATIVA
PARA OS ASSOCIADOS

Indicadores	Número de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
<i>Opinião predominante sobre o significado do trabalho na cooperativa, comparativamente à anterior situação dos associados</i>	
• é vantagem: pelo aumento na renda	11
pela independência adquirida	2
pela flexibilidade de horário	1
• é opção importante frente ao aumento do desemprego	8
• também significa problema, pela falta de registro em carteira, de benefícios e de estabilidade no trabalho e no recebimento	5
<i>Opinião predominante sobre a preferência dos associados entre o trabalho na cooperativa e o trabalho como assalariado, em uma empresa</i>	
• maior preferência pela condição assalariada	5
• maior preferência pela trabalho na cooperativa	3
• associados mostram-se divididos	3
<i>Cooperativa estimula e/ou promove aperfeiçoamento profissional</i>	
• não	6
• sim	5
<i>Cooperativa oferece serviços aos associados</i>	
• não	6
• sim	5

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

A figura que emerge dessa visão de conjunto tem como um traço essencial a heterogeneidade de significados da organização cooperativa para os trabalhadores. Reconheceu-se quase sempre que a cooperativa representa alternativa de ocupação e renda, algo fundamental em atmosfera de redução das possibilidades e de conseqüente agravamento das condições de vida. Entretanto, indicou-se simultaneamente que prestar serviços através de estruturas cooperativas representa também mais precariedade no trabalho, pois a alternância entre fases de encomendas volumosas e fases de poucas atividades, incrustada no caráter sazonal dos fluxos de subcontratação/terceirização, é fonte de incertezas e torna bastante penosos os períodos de concentração de trabalho, pois os prazos de entrega tendem a ser curtos, sem que as cooperativas possam ter influência sobre eles.

Não é só na percepção dos associados que a diferenciação revela-se como marca registrada dos experimentos cooperativos analisados. As várias cooperativas configuram “casos” de empreendimentos heterogêneos, e isso certamente interfere nas “leituras” dos atores sobre o significado do cooperativismo de trabalho.

3.2 Uma ilustração da heterogeneidade das cooperativas de trabalho: dois casos polares

O problema da multiplicidade de situações pode ser iluminado por meio de uma abordagem mais detalhada. Para tanto, escolheram-se as duas cooperativas localizadas na Grande Florianópolis: a Cooperativa de Serviços e Confeções (CAPCOOPER), instalada no município de Palhoça, e a Cooperativa de Costura Industrial e Artesanal Ltda. (COOPVEST), criada no município de Florianópolis, descritas em recente publicação da ODESC como sendo integradas por 29 e 22 associados, respectivamente (ORGANIZAÇÃO... 2000). Sua seleção para um exame mais minucioso deve-se ao fato de que são as únicas cooperativas do conjunto estudado que não operam como destino de produção transferida por empresas, para a realização de etapas de processos de fabricação, o que em princípio poderia outorgar-lhes maior independência e, talvez, também mitigar o problema relacionado aos contrastes entre períodos de alta e baixa intensidade de trabalho, normalmente ditados pelos ritmos das empresas que externalizam a produção.

a) CAPCOOPER

A CAPCOOPER surgiu em janeiro de 1999 por iniciativa dos empregados de uma empresa em situação falimentar. Sem alternativas,

e sem interferências externas, os ex-funcionários tentaram assegurar a única fonte de trabalho e renda de que dispunham, o que não ocorreu sem problemas de recursos e de manutenção da coesão do grupo. O primeiro obstáculo exigiu o uso de crédito pessoal e o engajamento do que fora auferido no desligamento da empresa (dinheiro e maquinário), uma providência que permitiu a compra de 8 máquinas (para costura e corte, entre outras), o aluguel do galpão para as instalações e a promoção de treinamento aos associados. Estes fazem costura, corte e bordado, principalmente, e seu número cresceu, não obstante a saída de alguns devido ao que foi classificado como “inadaptação” à estrutura cooperativa.

A cooperativa produz artigos completos (bonés, camisas e bermudas, como já se indicou) sob encomenda, com etiquetas dos clientes. Os pedidos são sazonais, caracterizados por preços e prazos definidos pelos segundos, e encaminhados (sem contratos de qualquer espécie) por meio de representantes que se encarregam do que é necessário para lubrificar os fluxos. O presidente frisou que, apesar do caráter sazonal, as relações com as empresas que encomendam têm se mantido estáveis ao longo do tempo, e também que estas não fazem “pressão” com respeito a questões envolvendo qualidade e prazo, o que estaria a refletir o desempenho dos controladores de qualidade da cooperativa e o seu próprio monitoramento da produtividade. Isso foi assinalado para deixar claro que as empresas não interferem nas atividades da CAPCOOPER e que as relações desta com os clientes são boas. Desse modo, a definição dos turnos (em número de três) e do tempo de trabalho é objeto de deliberação em assembléia, assim como a organização em “células”, com grupos especializados em modelagem, corte, costura, bordado e acabamento, sendo a distribuição dos associados determinada também nesse âmbito, respeitadas a experiência e a capacidade técnica individual. Vale indicar que os associados normalmente desempenham os mesmos tipos de tarefas, mas a substituição, quando necessária, ocorre sem problemas.

Segundo a entrevista, trabalhar na cooperativa significa maior nível de renda para os associados, comparativamente à situação anterior. O rendimento médio mensal passara de R\$ 270,00 para R\$ 440,00, superando o piso salarial estipulado pelo correspondente sindicato de trabalhadores. Todavia, não há regularidade nos montantes recebidos a cada mês, pois o alcance das metas de produção (que depende das encomendas) configura fator determinante, assim como o número de horas trabalhadas pelos associados. Apesar disso, indicou-se que a maioria destes prefere trabalhar na cooperativa, o que não se deve apenas ao maior rendimento médio, mas igualmente ao fato de que agora os trabalhadores são donos do negócio: falou-se que a situação do trabalho é melhor do que antes, pois não só a gestão é mais eficiente, como os operários sentem-se independentes.

Também constituem atrativos as iniciativas de proporcionar treinamento, fazer o recolhimento ao INSS, fornecer vales e auxiliar nos tratamentos de saúde.

De todo modo, não se escamoteou que alguns associados prefeririam a condição de empregado. O motivo básico é a perspectiva de regularidade no recebimento mensal, já que na esfera das exigências e da intensidade do trabalho as condições da cooperativa são semelhantes às das empresas, conforme sublinhado. Registre-se que a CAPCOOPER é a mencionada cooperativa do conjunto estudado que possui fundo de reserva financeira, usado para completar as retiradas nas fases de baixa intensidade de trabalho.

b) COOPVEST

A COOPVEST foi constituída em dezembro de 1998 como desdobramento de um projeto de profissionalização popular implementado desde o início dos anos 90 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em associação com outras instituições. As mulheres que freqüentavam os cursos de costura tinham grandes problemas para se inserir no mercado de trabalho, por causa do baixíssimo nível educacional e da quase inexistente formação profissional da maioria, e isso fez a coordenação do projeto buscar alternativas para as egressas através de uma estrutura cooperativa. As dificuldades financeiras da COOPVEST foram e continuam sendo muito grandes, apesar do auxílio da Prefeitura em vários aspectos: no aluguel do *box* que serve de espaço de comercialização no *Camelódromo* situado no centro de Florianópolis; no apoio em estilismo e modelagem, pela disponibilização de uma funcionária que cursa o Bacharelado em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina; e na produção, com o empréstimo de 16 máquinas de costura e a cessão de parte das instalações do Centro Social da Coloninha, localizado em um bairro da cidade.

As atividades envolvem a produção de diferentes tipos de artigos para vestuário, todos para venda direta no mercado, no mencionado *Camelódromo*, sendo que as associadas efetuam a totalidade das tarefas correspondentes, da modelagem ao acabamento, que se cristalizam em produtos geralmente simples. Para complementar os negócios, fazem também reparos em roupas, um tipo de iniciativa cuja receita é dividida meio a meio entre a costureira implicada e a cooperativa. Quem consegue vender recebe 10% do valor da peça negociada, e a permanência no *box* da cooperativa é recompensada por hora. É importante dizer que a COOPVEST tentou participar das relações de terceirização/subcontratação estruturadas pela Hering em diversas regiões de Santa Catarina, porém foi rejeitada devido à defasagem do seu maquinário e ao precário

conhecimento técnico das associadas, na avaliação da empresa. Porém, logrou fabricar, embora de forma episódica, bandeiras para a Universidade Federal de Santa Catarina e uniformes para lixeiros encomendados pela Prefeitura de Florianópolis. Na organização interna do trabalho, a regra é aproveitar a experiência individual, mesmo que o rodízio nas várias tarefas não seja raro. Há associadas que preferem trabalhar em casa, mas indicou-se que isso geralmente acarreta perda de qualidade, talvez pelo fato de que muitas costureiras combinam o trabalho para a cooperativa com outras atividades, visando ao aumento da renda. Seja como for, ficou claro que o comparecimento nas instalações da COOPVEST é incerto, assim como o tempo de trabalho dispensado à estrutura cooperativa.

Se o comparecimento das costureiras é irregular, o recebimento não é menos envolto em incerteza, já que o parâmetro é o volume produzido individualmente. Logo, é difícil afirmar que a participação na cooperativa representa, de fato, um benefício para essas mulheres. É verdade que a COOPVEST faz o recolhimento ao INSS para as associadas (como autônomas), e que, sem a cooperativa, as egressas dos cursos promovidos pela Prefeitura de Florianópolis provavelmente estariam em piores condições. Mas não carece de significado que, de acordo com a presidente, todas as associadas preferissem estar trabalhando como assalariadas, pela expectativa de um maior nível de renda e de estabilidade no recebimento. Falou-se, aliás, que a maioria das que abandonaram o trabalho na cooperativa trocou-o por um vínculo envolvendo remuneração salarial. A precariedade da estrutura e os pobres resultados talvez ajudem a explicar o fraco engajamento das costureiras na estrutura criada: a diretoria é eleita em assembléia, mas a maior parte não se interessa e nem participa, evitando qualquer responsabilidade. Isso foi evocado por uma diretora que se disse “decepcionada com a cooperativa”, embora declarasse acreditar que, frente às condições atuais do mercado de trabalho, “não parece haver muito futuro para os trabalhadores além do cooperativismo”.

4 CONCLUSÃO: TRABALHO COOPERATIVO, OPÇÃO PARA OS TRABALHADORES OU AUMENTO DAS ADVERSIDADES?

Conforme assinalado no trabalho, o debate sobre as cooperativas de trabalho apresenta pelo menos duas óticas contrapostas: a que considera o trabalho cooperativo uma real alternativa perante as agruras derivadas das mudanças econômicas recentes e a que enxerga no funcio-

namento dessas cooperativas um exemplo da crescente precariedade das relações de trabalho. A observação das experiências no segmento de confecções em Santa Catarina, ainda que restrita a um único tipo de atividade, sugere cautela nas afirmações em favor de um ou outro ponto de vista. A recomendação de cuidado ganha força quando se aproxima o olhar de casos específicos, como se procedeu com as duas cooperativas da região de Florianópolis.

A CAPCOOPER parece uma opção efetiva, proporcionando manutenção das oportunidades de ocupação e até aumento do rendimento médio, com benefícios que, de uma forma ou de outra, talvez compensem a ausência das vantagens que acompanham os vínculos salariais. Além disso, a estrutura criada resultou de decisão dos trabalhadores, o que remete a um importante e sempre assinalado elemento básico do cooperativismo. Entretanto, a pesquisa deixou dúvidas sobre a real independência dos trabalhadores na condução da cooperativa, e isso não tem a ver só com o fato de que o ritmo da produção e o fluxo de rendimentos seguem a cadência das encomendas, em que pese o fato dessa cooperativa realizar a totalidade do processo produtivo. Chamou a atenção que a máquina de bordar utilizada pela CAPCOOPER (uma máquina importada, moderna) seja de propriedade do presidente, que franqueia o seu uso à cooperativa mediante pagamento. O presidente prestava serviços à empresa que falira e deu origem à cooperativa; diante da inadimplência da primeira, reivindicou espaço de atuação nas suas dependências, de onde nunca mais saiu, tendo participado ativamente no processo de criação da cooperativa, a ponto de ter sido escolhido como o principal dirigente. Ora, é difícil não acreditar que, nessas circunstâncias, e haja vista a sua experiência anterior, o presidente exerça influência decisiva nos rumos da cooperativa, possivelmente em detrimento de uma maior participação de outros associados. Cabe registrar ainda que os trabalhadores, antes sindicalizados, romperam os vínculos com o sindicato da categoria desde que a cooperativa foi criada. A possibilidade de defesa dos seus interesses passou a estar ligada à existência da assembléia dos associados.

Enquanto a CAPCOOPER herdou uma estrutura empresarial, a COOPVEST instalou-se em meio à precariedade de condições imposta pelas irrevogáveis restrições financeiras e pela falta de preparo das costureiras participantes. A decisão de criar a cooperativa não foi exatamente espontânea, pois surgiu no interior de um projeto mais amplo, e a condução refletiu desde o início uma preocupante ausência de familiaridade com o próprio sentido de trabalho cooperativo: indagada sobre como vislumbrava o possível equacionamento do problema referente à irregularidade do trabalho prestado pelas associadas, a própria

presidente exclamou que a dificuldade é enorme, pois “falta patrão para cobrar”. Assinale-se, todavia, que a escassa percepção sobre o significado do associativismo no trabalho – quer da presidente e da diretoria, quer das outras participantes – revelou-se acompanhada por lucidez sobre a urgente necessidade de apoio externo. A falta de relacionamento com instituições, como a Universidade (citada na entrevista), foi deplorada como uma grande deficiência, tanto que a entrevista terminou com um pedido de ajuda na forma de “esclarecimentos e cursos” ou de qualquer coisa que possa contribuir para atenuar a situação vivenciada.

Essa incursão mais detalhada na experiência cooperativista fortaleceu o entendimento de que o trabalho cooperativo não representa sempre opção efetiva para os operários ou agravamento da precariedade das condições. Há casos heterogêneos, alguns se afigurando avanços importantes – ainda que só em algumas direções, com deficiências em diversos aspectos – e outros que merecem ser principalmente lamentados. Com efeito, perante as condições atuais do mercado de trabalho, o trabalho cooperativo pode ser considerado quer uma alternativa às adversidades, quer uma ilustração do caráter crescentemente precário das novas relações, mas a abordagem deste estudo insinua que não há qualquer característica intrínseca a esse tipo de trabalho que justifique encampar um ou outro ponto de vista. A qualidade de opção efetiva para os trabalhadores ou o rótulo de vetor de deterioração das condições de trabalho só podem ser observados ao nível de experiências concretas, que podem evocar um lado ou o outro e até combinar traços de ambos.

De todo modo, o que é certo é que não há como exigir do trabalho cooperativo algo que ele não pode proporcionar. É até compreensível que se tente enxergar nas correspondentes experiências o surgimento de “implantes socialistas” nos interstícios do capitalismo, mas é difícil admitir que as cooperativas de trabalho possam representar, por si mesmas, a pavimentação de caminho rumo a um novo tipo de sociedade.

Embora o contexto não ofereça muitas alternativas e, portanto, a palavra “adesão” ao trabalho cooperativo talvez devesse dar lugar ao termo “compulsão”, as cooperativas de trabalho acenam com certas possibilidades para os trabalhadores. Os reflexos parecem tanto mais positivos na medida em que as circunstâncias no interior das quais esse tipo de trabalho ganhe terreno sejam favoráveis e representem alguma segurança. Essencial é que se promova, sustente e estimule um associativismo genuíno entre trabalhadores, combatendo as formas espúrias. Isso é tarefa para a esfera institucional, essencialmente, âmbito em que se deveria contemplar a disseminação e o fortalecimento do sentido cooperativo entre os atores sociais.

A escassez desse sentido é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dessa forma de organização. De fato, segundo captado nas entrevistas, o fechamento de duas cooperativas entre as que compuseram o conjunto estudado neste trabalho deveu-se principalmente à frágil coesão dos respectivos grupos, sintoma de um rarefeito sentido coletivo. Entre as iniciativas a serem protagonizadas há de figurar também a promoção de interações envolvendo as cooperativas e diversas instituições. Isso foi sugerido sobretudo nos estudos de caso mais detalhados. Mesmo na CAPCOOPER, herdeira de estrutura empresarial, ouviu-se que a participação em uma rede institucional mais ampla certamente possibilitaria melhor acesso às informações importantes e contribuiria para o equacionamento de problemas na produção e na organização.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. R. de P. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

AMATO NETO, J. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 33-42, mar.-abr. 1995.

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil – repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, UNISINOS, v. 32, n. 96, p. 5-41, 1997. Série Cooperativismo.

BALTAR, P. E. de A. Abertura econômica e absorção de mão-de-obra no Brasil. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. (Orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998. p. 19-30.

BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 9-38.

BRESCIANI, L. P. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 11, n. 1, p. 88-97, jan.-mar. 1997.

CAMARGO, J. M. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: _____. (Org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 11-45.

CARLEIAL, L.; BAL, M. M. Produção subcontratada e distribuição 'franqueada': dois pesos e duas medidas na flexibilidade da Benetton no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., Belém, 1999. *Anais...* Belém: ANPEC. dez. 1999. v. 2, p. 739-762.

CASTRO, E. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. *Revista ANPEC*, Brasília, n. 4, p. 133-159, fev. 1998.

CASTRO, N. A. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 11, n. 1, p. 3-8, jan.-mar. 1997.

CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. Flexibilidade e precarização: tempos mais duros. In: _____. (Orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998. p. 9-18.

COOTRAM: Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos. *Cadernos da Oficina Social*, Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, v. 1, n. 2, p. 25-32, dez. 1999.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica. *Economia e Sociedade*, Campinas: IE-UNICAMP, n. 1, p. 69-87, ago. 1992.

DESÓRDI, S. A. Cooperativismo de trabalho. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo, UNISINOS, v. 8, n. 14, p. 5-11, 1996.

ENGELS, F. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. Moscou: Editions du Progrès, 1974.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FOLHA DE SÃO PAULO. 9 set. 1998. Caderno "Qualidade de Vida".

FURTADO, C.; ALVES, U. Cooperativa garante registro na Justiça. *Gazeta Mercantil*, 13 nov. 2000. p. A-12.

GLYN, A. A social-democracia e o pleno emprego. *Política Externa*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 54-79, set. 1995.

_____. *et al.* The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, S.; SCHOR, J. B. (Eds.). *The golden age of capitalism*. Reinterpreting the postwar experience. Oxford: Clarendon Press, 1990. p. 39-125.

HARPER, M. *Uma cooperativa de trabalhadores: promoção e gestão*. São Leopoldo: CEDOPE/UNISINOS, 1988.

HOBBSBAWM, E. *Mundos do trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- KAPLINSKY, R. *Micro-electronics and employment revisited*. Geneva: International Labour Office, 1987.
- KAPSTEIN, E. B. Workers and the world economy. *Foreign Affairs*, v. 75, n. 3, p. 16-37, May/June 1996.
- KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG/CIEDLA. *Mercados laborales en los '90: cinco ejemplos de América Latina*. Buenos Aires, 1997.
- KUMON, R. *History of the Rochdale cooperative*. Austin: University of Texas, 1999. Available from Internet <<http://uts.cc.utexas.edu/~laurel/cooproots/history.html>>.
- LIPIETZ, A. Les rapports capital-travail à l'aube du XXI^e siècle. *CEPRE-MAP*, Paris, n. 9016, Jan. 1990.
- LIMA, J. C. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. (Orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998. p. 211-229.
- LINS, H. N. Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 30, n. 2, p. 233-265, 2000.
- MANTOUX, P. *La revolución industrial en el siglo XVIII*. Madrid: Aguilar, 1962.
- MATTOSO, J., BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 13-40, 1997.
- O COOPERATIVISMO ao alcance de todos. Florianópolis: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Cadastro das cooperativas catarinenses*. 10. ed. Florianópolis: Elbert Indústria Gráfica Ltda, 2000.
- OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. L. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.
- PEDRINI, D. M. Associativismo econômico: apenas uma resposta dos setores populares à crise do capital ou mais que isto? In: THEIS, I. M.; MATTEDI, M. A.; TOMIO, F. R. de L. (Orgs.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: EDIFURB, 2000. p. 81-105.

PERIUS, V. (Org.). Cooperativas de trabalho: manual de organização. 2. ed. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, UNISINOS, 1997. Série Cooperativismo, n. 41. Edição especial.

PICCININI, V. C. O trabalho flexível na indústria calçadista. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. (Orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998. p. 89-210.

PINTO, L. C. Cooperativas deixam 2,5 mi sem direitos. *Folha de São Paulo*, 18 jan. 1998a. p. 1-12.

_____. Setor de calçados cearense tem 3.500 cooperativados. *Folha de São Paulo*, 18 jan. 1998b, p. 1-13.

PIORE, M.; SABEL, C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PRAHALAD, C. K., HAMEL, G. The core competence of the corporation. *Harvard Business Review*, v. 68, n. 3, p. 79-91, May-June 1990.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROOBEEK, A. J. M. The crisis in Fordism and the rise of a new technological paradigm. *Futures*, p. 129-154, Apr. 1987.

RUAS, R. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice R. de P.; SORJ, Bila (Orgs.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993. p. 25-41.

SAYER, A. Postfordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 4, p. 666-695, 1989.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo, UNISINOS, n. II-6, 1991. Série Cooperativismo.

_____. VICENTE, X. H. V. A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, UNISINOS, v. 31, n. 94, p. 39-58, 1996. Série Cooperativismo.

SINGER, P. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de São Paulo*, 11 jul. 1996a. p. 1-3.

_____. O PT que diz sim e não. *Folha de São Paulo*, 18 ago. 1996b. p. 1-3.

SINGER, P. Autogestão contra o desemprego. *Folha de São Paulo*, 22 jun. 1997. p. 2-2.

_____. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999a. p. 31-45.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

TESCH, W. Cooperativismo de trabalho: alternativa ao desemprego. *Estudos e Pesquisas IPROS*, São Paulo, CAT/IPROS, n. 2, dez. 1995.

_____. O panorama do cooperativismo de trabalho. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo, UNISINOS, v. 8, n. 14, p. 12-13, 1996.

TOINET, M.-F. Emplois “flexibles”, société en miettes. *Manière de Voir*, Paris, Le Monde Diplomatique, n. 31, p. 58-60, Août 1996.

VAINER, C. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? *Unitrabalho informa*, São Paulo, Rede Unitrabalho, v. 3, n. 10, p. 10-11, jan. 2000.

Anexo

RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS ENTREVISTADAS

Cooperativas	Município	Data da entrevista
Cooperativa das Costureiras de Itinga	Tijucas	19/04/2001
Cooperativa das Costureiras de Tijucas	Tijucas	19/04/2001
Cooperativa das Costureiras de Ribeirão Máximo	Luis Alves	19/04/2001
Cooperativa São João Batista	Luis Alves	19/04/2001
Cooperativa Central das Costureiras de Baú Baixo *	Ilhota	19/04/2001
Cooperativa das Costureiras do Bairro Ilhotinha	Ilhota	20/04/2001
Cooperativa de Costureiras São João	Ilhota	20/04/2001
Cooperativa São Cristóvão *	Itajaí	20/04/2001
Cooperativa Central das Costureiras de Itajaí	Itajaí	20/04/2001
COOPVEST- Cooperativa de Costura Industrial e Artesanal Ltda.	Florianópolis	22/11/2000
CAPCOOPER – Cooperativa de Serviços e Confecções	Palhoça	20/11/2000

* Cooperativas fechadas pouco tempo antes do período das entrevistas; os respectivos questionários foram aplicados em conversa com as ex-presidentes.

Branca